



Como lutam as direções sindicais contra a venda dos Correios e como devemos lutar

A “novela” no Parlamento e a luta contra a privatização dos Correios

Já no boletim anterior, denunciávamos a farsa da “luta parlamentar”, que tanto a FINDECT quanto a FENTECT e os sindicatos afiliados têm defendido.

Em meados de abril, o governo colocou em regime de urgência o Projeto de Lei 591/2021, que trata da quebra do monopólio do serviço postal e abre para a privatização da ECT. Na ocasião, a maioria dos deputados concordou com o tal regime de urgência. O PL poderia entrar em pauta e ser votado a qualquer momento. Em vez de organizar a mobilização, chamar as assembleias presenciais, paralisar o trabalho, as Federações e sindicatos emitiram “notas de repúdio”.

Passadas algumas semanas, em 03 de maio, o presidente da Câmara, Arthur Lira, decidiu por criar uma “comissão especial” para analisar o PL. Isso foi suficiente para ambas as Federações, a dirigida pela CUT, a FENTECT, e a dirigida pela CTB, a FINDECT, conclamarem a “vitória” da mobilização e da “pressão”. Ambas haviam distribuído os e-mails dos deputados... A FINDECT chegou a criar um formulário on-line em que o ecetista poderia “escolher o deputado que queria pressionar”. Se não fosse trágica, seria cômica esta farsa da burocracia sindical!

Não se sabe ao certo quem a burocracia quer enganar. Os ecetistas sabem bem que não é possível confiar no parlamento burguês. O próprio Arthur Lira disse ao jornal “Valor Econômico”, do grupo Globo, em 07 de maio, que mandar para uma “comissão especial” era uma estratégia para controlar o relatório já que nas comissões permanentes da Câmara havia posições contrárias ao PL original do governo. E reafirmou: *“Quando a Câmara aprova a urgência de um projeto, eu posso trazer para o plenário direto. O fato de mandar para as comissões é para acelerar, não para dificultar, e se tiver obstrução em qualquer comissão, posso mandar para uma comissão especial”*.

Ou seja, o que as direções sindicais chamaram de “vitória da mobilização” não mais era do que o teatro normal, a novela normal do parlamento burguês. É

preciso dar um “verniz” democrático para os projetos que quebram direitos e entregam riquezas, como este que quer entregar uma das maiores empresas estatais para o capital nacional e estrangeiro.

Sabe-se – e este não é nenhum segredo do governo entreguista – que a proposta de lei deve ser votada entre julho ou agosto para que, em seguida, siga para a análise do Tribunal de Contas (TCU), o qual deve deliberar sobre o modelo de privatização. O Edital de Privatização deve estar pronto entre novembro e dezembro e a venda pode ocorrer já nos primeiros meses de 2022.

Ou seja, não há o que esperar do Parlamento. O cronograma já foi todo aprovado e o governo tem a maioria. Há uma unidade entre os partidos da burguesia em privatizar os Correios e outras empresas estatais, como a Eletrobrás.

Contra a “novela” da pressão parlamentar, cujo final já é conhecido, é preciso levantar a luta nas ruas, a partir dos métodos da ação direta.

Temos alguns meses para pressionar os sindicatos locais e as federações para retomar a luta geral. As assembleias presenciais, os atos de rua e a paralisação das atividades de trabalho podem abrir caminho para erguer uma luta nacional contra a política privatista do governo.

Sabemos, pela experiência da greve do ano passado, que a simples paralisação das atividades não é suficiente no entanto. Ficamos isolados e sem força social para mostrar à população a destruição de direitos e serviços executados pela ECT e pelo governo.

Temos que denunciar a passividade das Centrais Sindicais (CUT, CTB e demais centrais) que devem se unir em luta contra a política privatista e contra o fechamento de fábricas que têm destruído milhares de postos de trabalho.

Chega de farsa!!! Não existem “restrições impostas pela grave crise sanitária” para a luta nas ruas, para a greve geral, para a retomada das grandes mobilizações. Esta restrição é imposta pela política de conciliação de classe das direções sindicais. Os ecetistas são a prova viva disso: continuamos

trabalhando, continuamos nos contaminando e até morrendo. Não existe argumento válido para não convocar as assembleias presenciais, para não organizar os atos de rua, para não pressionar os demais sindicatos e Centrais para retomar a luta geral contra a destruição de empregos, de direitos e contra as privatizações e fechamentos de fábricas.

Não podemos aceitar a passividade das direções sindicais. Temos que organizar, a partir das bases, a luta real contra a privatização dos Correios e defesa de nossos empregos!

Balanço do 1º de maio: Romper com a passividade, a colaboração de classe e com o eleitoralismo

Pelo segundo ano seguido, as Centrais Sindicais realizaram atos “virtuais” para comemorar o 1º de maio. As “lives” se dividiram em duas: a da ampla frente burguesa, com CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical e CGTB, que apontou abertamente a disputa para 2022 sem se preocupar com os problemas de agora; e a da CSP-Conlutas e Intersindical – Instrumento de Luta, que, em discurso, colocava-se pela independência de classe e pela luta imediata.

Ambas as “lives”, no entanto, refletiam a mesma passividade. Ambas as “lives” colocaram-se no campo opositor: a primeira, abertamente eleitoral; a segunda, supostamente no “campo classista”. Entretanto, como as duas seguem a política burguesa do “isolamento social” (que nunca existiu para a maioria da população), ambas permanecem sob a condução da pandemia e da crise econômica pelo governo. Portanto, ambas mantêm-se, na prática, sob a colaboração de classe, a colaboração com o governo de Bolsonaro.

Em algumas capitais, o POR, junto de outras organizações de esquerda, buscou realizar atos presenciais do Primeiro de Maio. Tratou-se de atos minoritários, mas que mantiveram o caráter de luta do Primeiro de Maio. Em São Paulo, ocorreu na tradicional Praça da Sé, preservando os fundamentos programáticos, a tática e a estratégia da classe operária, na forma da resistência à passividade e à colaboração de classe.

Sabemos também que a direção do SINTECT-MG, dirigida majoritariamente pela LPS, participou da organização de uma carreata no Primeiro de Maio, em Belo Horizonte, com a defesa de “Vida, emprego, democracia e Fora Bolsonaro!”.

Embora a carreata seja uma atividade menos passiva que os atos e reuniões “virtuais”, é ainda um tipo de atividade da classe média que funciona apenas simbolicamente para denunciar a situação. Não tem força de mobilização, nem de politização para os

trabalhadores. Continua funcionando, portanto, como um obstáculo à luta massiva nas ruas.

Se as alas esquerdas das direções ecetistas querem se diferenciar das alas cutistas e cetebistas, elas precisam romper com a passividade e organizar suas bases para a retomada das lutas nas ruas, para ampliar a mobilização junto da população, denunciando a passividade das Centrais Sindicais e anunciando a necessidade da luta geral. Sem o método da ação direta, as diferenciações com a burocracia sindical mais traidora não sairá do discurso.

Viva a luta das massas colombianas!

Desde o final de abril, ocorre um levante operário e popular na Colômbia contra a Reforma Fiscal do presidente Ivan Duque, que aumentaria impostos de serviços e produtos de consumo básico.

Centenas de milhares de trabalhadores saíram às ruas mesmo contra a política de isolamento social, mostrando que os governos “são mais perigosos que os vírus”.

Mesmo enfrentando dura repressão policial, com dezenas de mortos, os trabalhadores e a juventude continuam pressionando o governo e denunciando os crimes da burguesia.

O exemplo das massas colombianas deve servir para que, no Brasil, se rompa a camisa de força da política de conciliação de classe e para que retomemos as lutas gerais, de rua e massivas.

Basta de colaboração! Retomemos as lutas gerais!

Que as direções sindicais cumpram o dever classista de organizar uma frente única por um programa de emergência dos explorados!

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS!

ORGANIZAR AS ASSEMBLEIAS PRESENCIAIS!

ORGANIZAR UM DIA NACIONAL DE LUTA E PARALISAÇÃO!

Que as centrais e sindicatos rompam com a política de conciliação de classes

Que se coloquem imediatamente por organizar a luta

Em defesa dos empregos e salários

Entre em contato para contribuir na elaboração do boletim e na organização da luta:

nossaclasseecetista@gmail.com

<http://www.pormassas.org/nossa-classe/>